

Associação Nacional dos Membros do Ministério Público

Associação Nacional dos
Procuradores da República

CONSELHO NACIONAL
PROCURADORES-GERAIS
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO E DA UNião

CDEMP

ESCOLA NACIONAL DO
MINISTÉRIO PÚBLICO

EDITAL Nº 01/2021

O Colégio de Diretores de Escolas e Centros de Aperfeiçoamento Funcional dos Ministérios Públicos do Brasil (CDEMP), a Escola Nacional do Ministério Público (ENAMP), o Conselho Nacional de Procuradores Gerais de Justiça (CNPG), a Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (CONAMP), a Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR), no uso de suas atribuições, convidam a comunidade científica e acadêmica, interessada em publicar artigos provenientes de estudos e pesquisas relacionados a temas jurídicos, para submissão de trabalhos para a Revista do Ministério Público Brasileiro, nos seguintes termos:

1. A Revista do Ministério Público Brasileiro, sob a responsabilidade do CDEMP, ENAMP, CNPG, CONAMP e ANPR, em colaboração com os Ministérios Públicos do Brasil, é um periódico semestral, de acesso aberto, que tem por objetivo fomentar a produção de trabalhos de interesse jurídico, o estudo e a pesquisa, bem como disseminar o conhecimento acadêmico e científico.
2. Os artigos submetidos deverão ser elaborados sob a ótica e o pensamento científico, que se enquadrem nos campos de pesquisa de Direito e Justiça; Direito e Sociedade; Direito e Desenvolvimento; Direito Nacional e Internacional; Direitos e Garantias Fundamentais; Políticas Públicas; Criminologia; Sociologia; Filosofia e História do Direito.
3. A submissão de artigos é aberta a toda comunidade acadêmica e científica, não se restringindo a ser um veículo de comunicação apenas do Ministério Público, desde que o autor ou coautor do artigo possua o título de doutor. Doutorandos, mestres e mestrandos poderão publicar apenas em coautoria com doutores. Fica vedada a participação de especialistas, graduados e graduandos, mesmo como coautores.
4. Os artigos submetidos serão avaliados pelo sistema de avaliação *double-blind peer review* (revisão por pares duplo cega).
5. Serão passíveis de avaliação os artigos científicos inéditos.

6. Os artigos deverão ser apresentados sem nenhum tipo de identificação de autoria, de forma a garantir o anonimato necessário à avaliação pelo sistema “*double-blind peer review*” (revisão por pares duplo cega).
7. Os autores e coautores deverão possuir currículo Lattes cadastrado e atualizado.
8. Os artigos submetidos deverão seguir as normas de submissão e diretrizes de publicação da Revista do Ministério Público Brasileiro.
9. Os artigos deverão ser submetidos exclusivamente pela plataforma OJS (*Open Journal System*) da Revista do Ministério Público Brasileiro.
10. Os artigos serão recebidos de forma contínua.
11. Os trabalhos que não seguirem as normas e diretrizes de publicação da Revista do Ministério Público Brasileiro não serão aceitos.
12. A seleção dos trabalhos para publicação seguirá os critérios determinados pela Qualis/CAPES, especialmente em relação à exogenia.
13. A submissão do trabalho para avaliação implica a cessão dos direitos autorais para o CDEMP, ENAMP, CNPJ, CONAMP e ANPR, sem que haja qualquer remuneração para o(a) autor(a); as informações pessoais disponibilizadas pelos autores serão utilizadas exclusivamente para a publicação do trabalho submetido, não sendo disponibilizadas para outros finalidades ou a terceiros.
14. Os casos omissos serão resolvidos pelo Conselho Editorial.

Curitiba, 18 de outubro de 2021.



Eduardo Augusto Salomão Cambi

Presidente do Conselho Nacional de Diretores de Escolas e Centros de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional do MP brasileiro (CDEMP)